



Parecer Consultoria Tributária Segmentos
Custos ou despesas nacionais relativos a importação - SP

16/11/2015

Sumário

1.	Questão.....	3
2.	Normas apresentadas pelo cliente.....	3
3.	Análise da Consultoria	3
4.	Conclusão	6
5.	Informações Complementares	6
6.	Referências	6
7.	Histórico de Alterações	6

1. Questão

Nesse parecer será abordado sobre como deverá ser reconhecido no estoque os eventuais custos ou despesas nacionais de mercadoria importada no Estado de São Paulo.

2. Normas apresentadas pelo cliente

O cliente questiona como deverá ocorrer a valoração do custo no estoque relativos a eventuais custos extras ou despesas nacionais de importação, sendo que a **Decisão Normativa CAT nº 6/2015** desobrigou a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) Complementar de importação.

Questionam como devem proceder legalmente para incluir esses custos e despesas de importação no estoque.

O embasamento à sua solicitação é a Decisão Normativa CAT 06, de 11-09-2015 (DOE 12-09-2015).

3. Análise da Consultoria

Inicialmente podemos definir a operação de importação como um processo comercial e fiscal que consiste em trazer um bem (produto/serviço) do exterior para o país de destino.

Na importação, o fato gerador ocorre no momento do desembarço aduaneiro de mercadorias ou bens e no recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado ou iniciado no exterior.

De acordo com o art. 77 do Decreto Federal 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro), integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado:

Art. 77. Integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado (Acordo de Valoração Aduaneira, Artigo 8, parágrafos 1 e 2, aprovado pelo Decreto Legislativo no 30, de 1994, e promulgado pelo Decreto no 1.355, de 1994; e Norma de Aplicação sobre a Valoração Aduaneira de Mercadorias, Artigo 7o, aprovado pela Decisão CMC no 13, de 2007, internalizada pelo Decreto no 6.870, de 4 de junho de 2009): (Redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 2010).

I - o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro;

II - os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada aos locais referidos no inciso I; e

III - o custo do seguro da mercadoria durante as operações referidas nos incisos I e II.

Vale dizer que as despesas ocorridas após o desembaraço (e que dão origem à emissão da nota fiscal complementar) não integram a base de cálculo do ICMS.

Diante de tal fato, o Fisco Paulista através da Decisão Normativa **CAT nº 6/2015**, desobrigou a emissão da NF-e complementar de importação no sentido que não compõem a Base de Cálculo do ICMS relativo a importação e eventuais custos ou despesas:

Decisão Normativa CAT 06, de 11-09-2015

(DOE 12-09-2015)

NF-e de Importação e NF-e Complementar de Importação - Composição e hipóteses de emissão

[...]

2.4.2. Os valores de frete e seguros nacionais não devem ser incluídos na NF-e de Importação, pois não compõem o custo de importação da mercadoria.

3. A Nota Fiscal Complementar de Importação, prevista no artigo 137, inciso IV, do RICMS, deve ser emitida apenas se, conhecido o custo final da importação, este for superior ao valor informado na NF-e de Importação original.

3.1. Com efeito, a NF-e de Importação e sua correspondente NF-e Complementar de Importação não buscam refletir o custo da mercadoria até a entrada no estabelecimento, mas devem refletir o custo da importação da mercadoria, assim entendida a soma dos valores referidos no artigo 37, inciso IV, do RICMS.

3.2. Logo, não ocasionam a emissão de NF-e Complementar de Importação (nem devem ser incluídos na NF-e de Importação original) eventuais custos ou despesas que não compõem a base de cálculo do ICMS relativo à importação, tais como: (a) seguro nacional; (b) frete nacional; (c) capatazia; (d) armazenagem e remoção de mercadorias; (e) comissões de despachante (inclusive o valor de taxa de sindicato); e (f) corretagem de câmbio.

4. Ficam revogadas as respostas a consultas tributárias que, versando sobre a mesma matéria, concluíram de modo diverso.

Em relação a valoração no estoque, de como deverá ser reconhecido os eventuais custos extras ou despesas nacionais de importação, submetemos o questionamento ao IOB e segue abaixo a consulta:



De: Consultoria IOB

Recebido: 11-11-2015 15:16:28

Respondido: 12-11-2015 16:33:26

Código da Consulta: 1923060 - 20151111145418-257214486

Pergunta

Boa tarde

A Decisão Normativa CAT nº 06/2015 divulgou recentemente entendimento que não ocasionam a emissão de NF-e complementar de importação eventuais custos ou despesas que não componham a base de cálculo do ICMS relativo à importação, tais como:

- a) seguro nacional;
- b) frete nacional;
- c) capatazia;
- d) armazenagem e remoção de mercadorias;
- e) comissões de despachantes, inclusive o valor de taxa de sindicato; e
- f) corretagem de câmbio.

Diante disso, temos o seguinte questionamento:

Como devemos proceder legalmente com relação a esses custos ou despesas de importação em relação a inclusão dessas despesas no estoque, já que não há a necessidade de incluir no documento fiscal, ou seja, como ficará essa valoração? Deverá ser reconhecida através de algum documento?

No aguardo

Resposta

Prezado Cliente,

Em atendimento à sua consulta informamos:

Os gastos necessários à importação, além do valor pago ao fornecedor, tais como fretes, seguros, taxas portuárias, tarifas aduaneiras, tributos incidentes não recuperáveis etc., até a colocação da mercadoria ou do insumo no estabelecimento importador, integram seu custo de aquisição (Art. 289 e §§ do Decreto nº 3.000/1999 - RIR/99, art. 14 do Decreto-Lei nº 1.598/1977 e itens 6, 10 e 11 da NBC TG 16 (R1) - Estoques, aprovada pela Resolução CFC nº 1.170/2009).

Outros gastos também compõem o custo do processo da importação e serão incorporados ao custo de aquisição, dentre os quais o adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO); taxa de utilização do SISCOMEX; contribuições para os Sindicatos dos Despachantes Aduaneiros; amarração e a desamarração de navio; capatazia; estiva e desestiva; pelo manuseio de contêiner; na movimentação com empilhadeiras; armazenagem; arqueação; paletização; demurrage; alvarengagem, entre outras (Art. 289, 290 e 299 do RIR/99).

A variação cambial ocorrida entre o desembaraço aduaneiro e o pagamento ao fornecedor no exterior com ocorrência de aumento ou diminuição do valor da moeda estrangeira até a data de pagamento em relação ao desembaraço aduaneiro deve ser registrada na conta de despesa com variação cambial (ativa ou passiva).

Os documentos fiscais que comprovam a operação são os ofertados pelos fornecedores, além da fatura comercial (Invoice), Romaneio ou "Packing List", e a Declaração de Importação (DI).

Dependendo do tipo de bem ou importação, outros documentos poderão ser exigidos pelo importador para apresentação na alfândega e servirão como comprovação fiscal, tais como certificado de origem, fitossanitário, fatura consular etc.

Fundamentos legais:

IOB Online: Procedimento / Tributária / IRPJ - Lucro real - Avaliação de estoques

Atenciosamente,

Consultoria IOB

4. Conclusão

Diante do exposto, podemos observar que de acordo com o ato normativo CAT nº 6/2015 o fisco Paulista divulgou entendimento que não ocasionam a emissão de NF-e complementar de importação eventuais custos ou despesas que não componham a base de cálculo do ICMS relativo à importação, tais como seguro nacional, frete nacional, capatazia, armazenagem e remoção de mercadorias, comissões de despachantes, inclusive o valor de taxa de sindicato e corretagem de câmbio.

O fisco entende que integram o valor aduaneiro somente os custos e gastos da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro.

Sendo assim, a inclusão dos custos ou despesas nacionais de mercadoria importada no estoque será comprovada pelos documentos emitidos pelos fornecedores. Por exemplo, uma prestação de serviço de frete nacional da mercadoria importada referente trajeto do porto até a empresa, deverá estar comprovado através de um CT-e. Para essa prestação de serviço o fornecedor deverá emitir um documento fiscal comprobatório, e assim os demais custos ou despesas nacionais relativos a mercadoria importada.

Entende-se que o importador deverá exigir de seu fornecedor os documentos fiscais que servirão como comprovação fiscal.

5. Informações Complementares

Como essas despesas/custos são referentes a importação e por ser nacional não constam no processo de importação, sugerimos de possuir no sistema uma forma para conseguir identificar que esses documentos fiscais referem-se as despesas dessa importação para compor o preço da mesma no estoque.

6. Referências

- http://info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm

7. Histórico de Alterações

ID	Data	Versão	Descrição	Chamado
JDT	16/11/15	1.00	Custos ou despesas nacionais relativos a importação - SP	TTPXN1